

Constituições estaduais devem rever autonomia, diz candidato do PT

KAZUMI KUSANO
Da Reportagem Local

A eleição de 15 de novembro pode ser a oportunidade para se redefinir, através das Constituições estaduais, a autonomia dos Estados e a soberania de suas populações. A Constituição federal poderá incluir propostas de participação popular, mas estes mecanismos, para funcionar, deverão estar baseados nas experiências de cada Estado e região. O autor desta tese é o sociólogo e ex-jornalista José Álvaro Moisés, candidato a deputado estadual pelo PT paulista e membro dos diretórios nacional e regional do partido. Segundo ele, as Constituições estaduais, na maioria das vezes, têm-se limitado a copiar a Constituição federal depois de aprovada.

Na entrevista que concedeu à Folha na última quinta-feira, em seu apartamento, na rua Havaí, bairro do Sumaré (zona oeste da cidade), Moisés, que também é professor de Ciência Política do Departamento de Ciências Sociais da USP e coordenador da comissão de assuntos constitucionais de seu partido, disse que a Constituição paulista poderá incluir essas formas de participação — como plebiscito, referendo e consulta — para a “tomada de decisões”, citando como exemplo o orçamento do Estado. Dentro de sua plataforma eleitoral, ele propôs ainda a introdução de um princípio que “garanta a iniciativa popular da lei”.

Com relação ao sistema de votação e ao regime de governo, Moisés defende a adoção do voto distrital misto e do parlamentarismo, mas acrescenta que o êxito do sistema parlamentarista está condicionado à descentralização de poder e à efetiva participação popular nas decisões governamentais, através de uma “democratização radical”.

Acreditando que o Congresso constituinte a ser eleito em novembro terá um contorno “extremamente” conservador, devido à coincidência de sua eleição com a dos governadores, Moisés propõe a estratégia da “dupla Constituinte”, através da “mobilização das massas, mesmo que seja na forma de desobediência civil”. Cauteloso nas críticas à condução da campanha petista no Estado de São Paulo, ele disse que a fórmula adotada este ano pelo PT, para o horário gratuito de rádio e televisão, é “precária”, em virtude do quadro adverso enfrentado pelo partido.

Folha — Você teme que a Constituinte seja muito conservadora?
José Álvaro Moisés — O formato adotado para a Constituinte — o de Congresso, e não o de uma Assembleia soberana e legítima — torna no mínimo esdrúxulo o papel que enfrentará. A probabilidade é de que

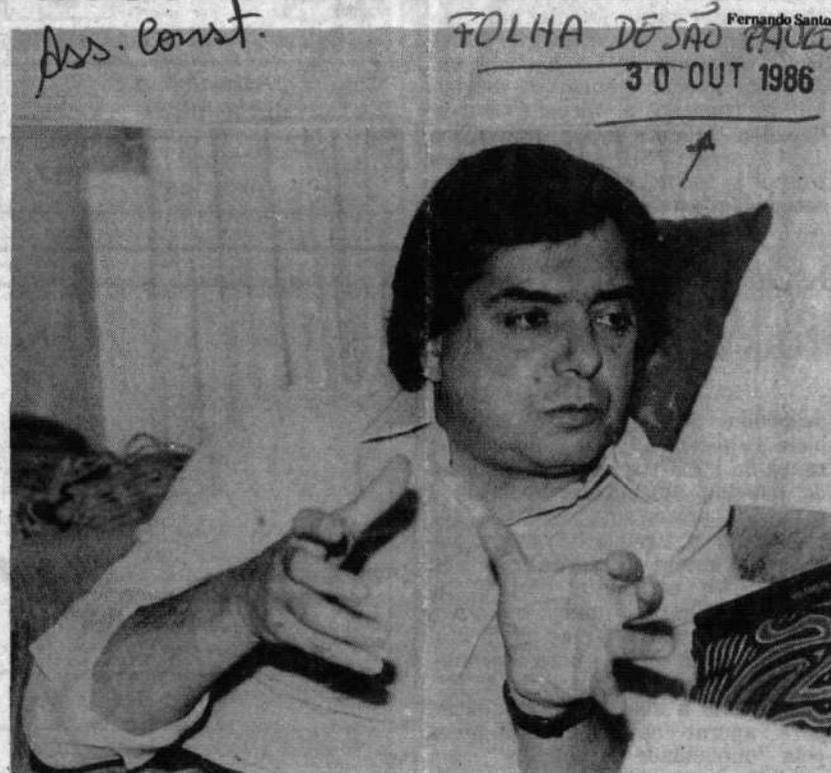
seja uma Constituinte extremamente conservadora. É claro que, como tudo em política, essa é uma possibilidade que ainda pode ser revertida se houver um esforço de mobilização da população por parte das forças políticas, dos partidos etc., embora ela seja agora bastante limitada e escassa, porque as pesquisas mostram que a massa da população não sabe o que é a Constituinte. Há uma superconcentração na disputa pelos cargos de governador e as questões que dizem respeito aos direitos da população, que deveriam ser discutidas na Constituinte, estão totalmente deslocadas.

Folha — Como você vê a proposta do deputado federal Plínio de Arruda Sampaio (PT), de formação de um bloco progressista na Constituinte?

Moisés — Essa é uma possibilidade bastante grande se tivermos condições de eleger pelo menos entre 15% e 20% de membros do futuro Congresso constituinte com posição mais progressista, a partir do PT e de setores do PMDB e do PDT. O problema consiste em saber se esses blocos, essas frentes, vão alcançar unidade em relação às questões centrais que estarão em jogo na Constituinte, que estarão organizadas em torno de dois grandes blocos de questões. Em primeiro lugar, os problemas relativos à distribuição da renda — saber se é possível inscrever princípios na Constituição que, uma vez detonados, permitam que a sociedade corrija as brutais distorções que foram introduzidas pelo regime autoritário. E, em segundo lugar, o problema da descentralização do poder e a criação de mecanismos institucionais democráticos que tornem a participação popular uma possibilidade real. Tudo vai depender da estratégia da “dupla Constituinte” — a de outra Constituinte fora de Brasília e do Congresso Nacional, expressa na forma de pressão popular capaz de sensibilizar os membros do Congresso constituinte a votarem nas aspirações populares. Na medida em que a forma da Constituinte congressual usurpou a soberania popular, agora a tarefa que se coloca à sociedade civil é a de resgatá-la através da ação dos movimentos sociais e da mobilização de massas, mesmo que seja na forma de desobediência civil.

Folha — Como candidato à Assembleia Legislativa, qual sua proposta para a Constituição estadual?

Moisés — A tendência tem sido, em grande parte, de, uma vez aprovada a Constituição federal, as Constituições estaduais copiarem a federal. Agora coloca-se a grande oportunidade de se redefinir, nas Constituições estaduais, o lugar da autonomia dos Estados e a soberania das



José Álvaro Moisés concede entrevista em sua casa, no Sumaré. (zona oeste)

populações estaduais. A Constituição federal poderá incluir mecanismos de participação popular, mas, para poderem funcionar, eles deverão estar ancorados nas experiências de cada Estado e região. A Constituição paulista poderá incluir propostas que dizem respeito a formas gerais de participação popular — como plebiscito, referendo e consulta — para a tomada de decisões, por exemplo, quanto ao orçamento do Estado. Proponho também a introdução do princípio que garanta a iniciativa popular da lei, ou seja, o reconhecimento do direito que cada dez ou vinte mil eleitores teriam de propor diretamente à Assembleia Legislativa o reconhecimento legal de determinados direitos da população. Claro que tudo isso não funcionará se não for acompanhado da recuperação das prerrogativas da Assembleia Legislativa. Precisamos transformá-la não só numa instituição de fiscalização do Executivo, mas também numa efetiva instituição de participação popular. Isso implica redefinir a função dos mandatos, por meio de mecanismos através dos quais os eleitores possam ter um mínimo de controle sobre os parlamentares. Caso contrário, há o risco de que a população cada vez mais desacredite e desconfie das instituições políticas. É preciso resgatar o mandato para o povo, com a ampliação do controle da população sobre a administração pública, e, no caso do Legislativo, até mesmo através da introdução de mecanismos que permitam aos elei-

tores reduzir os mandatos dos parlamentares que não estiverem cumprindo suas funções.

Folha — Como você vê, nesse quadro, a adoção do voto distrital?

Moisés — Eu me inclino pela forma mista, ou seja, a eleição da metade das bancadas pelo voto distrital — para enraizar mais nas comunidades locais a representação parlamentar — e metade pelo sistema proporcional, para a correção de eventuais distorções do sistema distrital.

Folha — O voto distrital não prejudica o voto ideológico?

Moisés — Depende. Se tivermos um sistema partidário forte, com partidos reconhecidos como canais de representação, essa tendência não se verifica, porque mesmo ao nível dos distritos os candidatos estarão sempre ligados a projetos políticos bem definidos. Mas num sistema partidário frágil, como o brasileiro, o voto distrital polariza as eleições em torno de personalidades. Por isso não dá para falar no Brasil na adoção pura e simples do voto distrital.

Folha — Você é favorável ao sistema parlamentarista de governo?

Moisés — A questão do parlamentarismo pode ser inteiramente superficial se não for bem situada no quadro de uma profunda reestruturação da estrutura de poder. Se nós aproveitarmos a oportunidade da futura Constituição — ainda que limitada — para realizar a descentralização do poder, redefinindo a tripartição dos

poderes entre Executivo, Legislativo e Judiciário e introduzindo mecanismos de controle da população sobre o Estado, a questão do parlamentarismo pode adquirir importância, porque expressará um sistema no qual os partidos têm papel central na definição das diretrizes de governo. Como a tradição brasileira é a da hipercentralização do poder — sempre favorecendo os grupos dominantes —, a adoção de um sistema que descentralize o poder e aumente a responsabilidade dos partidos poderá ser uma forma de democratizar o poder, precisamente porque, com isso, ter-se-á a entrada de mais gente no sistema político, possibilitando a transformação das estruturas que poderá levar à democratização radical.

Folha — Há uma avaliação do próprio partido de que o PT sofrerá uma derrota maior do que esperava. Quais são suas alternativas e propostas para que o PT possa avançar?

Moisés — A minha expectativa é de que o PT vai fazer, ao nível das eleições proporcionais, entre 15% e 20% da votação no Estado de São Paulo. E acho que, mesmo com o que ocorreu com a candidatura majoritária (de Eduardo Matarazzo Suplicy ao governo do Estado), eu não estou seguro de que o quadro esteja inteiramente consolidado. Eu acho que Suplicy tem chances de superar a marca dos 10%, que foi a marca de 1982, e tem até possibilidade de alcançar entre 15% e 20%. Estávamos desde o início procurando fazer as bancadas mais representativas possíveis no Congresso constituinte e nas Assembleias Legislativas, para ecoar as questões que vão estar postas no debate da Constituição.

Folha — Por que o partido “cristianizou” a candidatura de Suplicy, que foi deixada para um segundo plano?

Moisés — Eu não acredito na hipótese da “cristianização”, falando bem francamente. É preciso analisar a coisa de uma maneira mais política e mais global. O que aconteceu em 1986? Em primeiro lugar, houve uma campanha brutal de desestabilização da imagem do PT, que tentou apresentá-lo como um partido irresponsável, fora do sistema partidário. Em segundo lugar, tivemos nessas eleições um processo de polarização muito precoce em torno de Antônio Ermírio de Moraes (PTB) e Paulo Maluf (PDS), em condições que só podem ser explicadas por um volume de recursos, pelo uso do poder econômico muito difícil de encontrar nos últimos 25 anos.

Folha — E como você explica que, de repente, Orestes Quéricia (PMDB) tenha dado esse salto?

Moisés — Polarizou muito cedo e o poder econômico marcou profundamente. Eu diria que fez com que seus cravos marcassem profundamente o

terreno da disputa, onde o eleitorado está tendo poucas oportunidades de debater efetivamente as propostas dos partidos e dos candidatos. O tom de agressividade e de acusações mútuas baixou muito o nível e levou a uma imensa apatia do eleitorado. Quéricia se recuperou porque tem muito tempo na televisão e devido à sua mudança de linguagem. Ele começou com uma linguagem oficialista, conservadora, extremamente ligada aos destinos da Nova República, e acabou nessa última fase fazendo denúncias que em outras ocasiões não fez. Ele acabou se transformando no porta-voz, num certo sentido, das reclamações da opinião pública contra as insuficiências do Plano Cruzado, em particular em relação ao abastecimento da carne. Mas sua ascensão se deve também ao fato de que as denúncias feitas contra o Grupo Votorantim — do qual Antônio Ermírio de Moraes é diretor-superintendente licenciado — demonstrou o descaso com que o candidato do PTB, que aparecia como favorito, tinha em relação às condições de saúde e de trabalho dos seus empregados.

Folha — No ano passado, o PT fez uma campanha muito criativa com base em técnicas modernas de propaganda e marketing, vendendo uma imagem sem conteúdo muito claro. Parece que, embalado na experiência que obteve relativo sucesso na eleição anterior, tentaram repetir a mesma fórmula, imitando Sílvio Santos, mas novamente sem muito conteúdo. Onde está o problema de comunicação do programa do PT?

Moisés — Com a escassez de tempo que se tem não daria para fazer grande coisa em qualquer caso. No ano passado tinha mais tempo, minimamente se podia apresentar o teor da novela, por exemplo. Provavelmente não foi a melhor fórmula encontrada. O programa está em processo de mudança, como você sabe, e as próprias aparições do Eduardo Suplicy vão na linha de enfatizar a importância estratégica da eleição dos constituintes, dos deputados estaduais. Talvez o que tenha faltado para o programa do PT tenha sido apresentar com maior identidade as nossas propostas para o governo do Estado de São Paulo. As vezes se acerta, às vezes se erra. A fórmula adotada no passado foi extremamente feliz, o que não quer dizer que a fórmula deste ano seja imprestável. Ela foi imprestável no quadro... Ela foi precária no quadro de uma série de dificuldades, entre as quais estão inscritas a brutal campanha contra o PT, uma intervenção extremamente agressiva do poder econômico e dificuldades que são próprias da própria campanha do PT.